

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.461 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2002

Senado aprova MPs e retoma pauta de votação

Fim da obstrução permite que o Plenário volte ao ritmo normal de trabalho. Medida provisória sobre dívida agrícola foi modificada e terá que ser reexaminada pela Câmara

A decisão da bancada do PFL de retomar as votações, obstruídas há vários dias pela base governista, garantiu quórum para aprovação das quatro medidas provisórias que estavam trancando a pauta do Senado. Com isso, o Plenário votou ontem mesmo várias matérias e a partir de hoje a Ordem do Dia deverá ser cum-

prida normalmente.

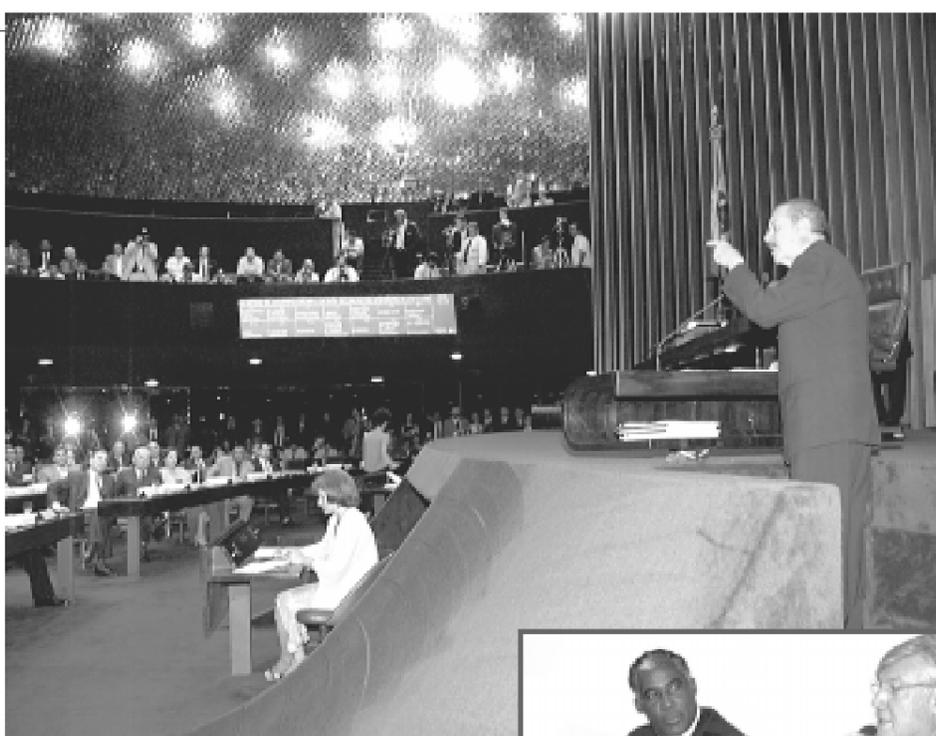
Das quatro medidas provisórias aprovadas, a que alonga o prazo de pagamento das dívidas agrícolas sofreu modificações e terá que voltar ao exame da Câmara dos Deputados. As demais tiveram seus textos mantidos e vão à promulgação.

PÁGINA 3



Rosevelt Finheiro

Com a desobstrução da pauta, Tebet colocou diversos projetos em votação



Gerardo Maggela

Para José Sarney, se Roseana não fosse candidata à Presidência, o episódio do Maranhão não teria ocorrido

Sarney denuncia "ação política suja", Távola contesta

No Plenário, José Sarney aponta perseguição política contra sua filha Roseana e Artur da Távola diz que as acusações nada têm de concreto. Na CFC, o diretor da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, garante que o governo não participou da ação na empresa Lunus.

PÁGINAS 4 E 5



José Cruz

Amir Lando presidiu a reunião da CFC em que Agílio Monteiro explicou a ação na Lunus

Diretor da PF nega envolvimento do governo com operação na Lunus



Célio Azevedo

Comissão Mista de Segurança Pública também aprovou aumento das penas para os crimes de homicídio e lesão corporal

Comissão quer dar mais poderes a guarda municipal

PÁGINA 2

Quilombolas podem ter direito a terra

PÁGINA 8

Capital externo na mídia gera debate na CCJ

PÁGINA 7

Guarda municipal pode ganhar mais poderes

Substitutivo acolhido ontem pela Comissão Mista de Segurança estabelece que essas corporações devem ter atuação complementar à da polícia estadual. Matéria será submetida ainda ao exame dos Plenários da Câmara e do Senado

A Comissão Mista de Segurança, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem substitutivo à proposta de emenda constitucional visando fortalecer a formação e atuação das guardas municipais em todo o país, que passarão a atuar complementarmente à polícia dos estados. Segundo a sub-relatora, deputada Zulaiê Cobra Ribeiro (PSDB-SP), as guardas municipais estarão sujeitas à supervisão da polícia.

Para Iris Rezende, a medida significa um passo importante no aprimoramento da segurança pública em todo o país. O senador



Senador Iris Rezende presidindo a reunião da Comissão Mista de Segurança, entre o deputado Moroni Torgan (E) e a deputada Zulaiê Cobra

elogiou os trabalhos realizados pela comissão, onde, segundo ele, grandes avanços têm sido atingidos por consenso, na elaboração

de substitutivos a centenas de projetos.

A comissão decidiu acatar proposta do senador Sebastião Ro-

cha (PDT-AP), que requereu a retirada, no substitutivo, de menção à polícia técnico-científica, uma vez que essa expressão, utilizada em vários estados, não aparece na Constituição. Em seu lugar, passa a figurar a perícia oficial, com autonomia administrativa e funcional, segundo o senador, um pleito dos peritos federais.

Ficou também decidido, na apreciação dos destaques, que os órgãos públicos poderão unir-se, com a participação do Ministério Público e do juiz, para constituir força-tarefa e que os registros policiais preliminares, incluindo os boletins de ocorrência, serão

padronizados em todo o país.

Também foram aprovadas mudanças no substitutivo, de modo a dar mandato e mais independência aos corregedores das polícias. A proposta do relator da comissão, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), era a de criar uma carreira do corregedor, que poderia ser seguida por policiais, mediante concurso interno, após estágio probatório na polícia. No entendimento do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), as propostas aprovadas ontem pela Comissão de Segurança abrem caminho para a unificação das polícias no país.

Comissão discute salário da PMDF

A medida provisória que trata da remuneração dos policiais militares e bombeiros do Distrito Federal foi discutida ontem na comissão mista incumbida de examiná-la. A MP deve ser votada na próxima semana pela comissão, que é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Além da remuneração, o texto da MP, que também altera o Estatuto dos Bombeiros-Militares e a Lei 7.289/84, estabelece os demais direitos pecuniários a que os militares do Distrito Federal têm direito.

Bolsa quer manter isenção da CPMF

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem apelo do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Raimundo Magliano Filho, em favor da manutenção da isenção da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) para as transações de papéis.

O assunto será discutido pela Casa durante o exame da proposta de emenda à Constituição que autoriza a prorrogação da CPMF, já aprovada pela Câmara.

Aumento das penas para homicídio e lesão

Relatório da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) aprovado ontem pela Comissão Mista de Segurança Pública institui penas mais rigorosas para os crimes de homicídio e lesão corporal. O Código Penal prevê pena mínima de 6 anos de reclusão para o homicídio simples, punição menor do que a definida para o seqüestro, ainda que deste delito não resulte morte. A relatora optou por aumentar para 8 anos a pena mínima, no caso de homicídio.

A proposta incluiu como homicídio culposo o chamado erro médico, mas apenas na reincidência. Pelas alterações propostas, a pena para homicídio culposo – que vai de 1 a 3 anos – será aumentada da metade se o delito é praticado por médico ou enfermeiro.

Todas as hipóteses de lesão corporal têm suas punições agravadas pela proposta. A intenção da relatora é evitar a suspensão do processo em delitos mais graves, possibilidade permitida para crimes cuja punição não supera um ano de reclusão. O mesmo expediente foi utilizado no crime de estelionato. Também foram agravadas as penas para

os crimes cometidos por militares, policiais, agentes penitenciários e membros do Ministério Público ou do Poder Judiciário, ou contra eles.

O texto inova ao considerar delitos práticas que não têm sido tratadas como tal pela legislação vigente. Enquadram-se nesta hipótese os crimes de falsificação (clonagem) de cartão magnético, telefone celular ou de sinal de transmissão a cabo. A pena para esses delitos variará de dois a oito anos de reclusão. O substitutivo também tipifica o crime de roubo de cargas, que não está especificado no Código Penal.

A Lei de Execução Penal é o próximo ponto a ser analisado pela Comissão Mista de Segurança Pública. Hoje, a partir das 9h, os parlamentares votam relatório do deputado Marcos Rolim (PT-RS) que tem por base 71 projetos de lei em tramitação na Câmara, nove no Senado e o projeto do Executivo de reforma global daquela lei.

Maior rigor no combate à pedofilia

A prática de pedofilia poderá ser mais facilmente punida, caso se transforme em lei alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovadas ontem pela Comissão Mista de Segurança. A legislação atual pune apenas quem fotografa ou publica cenas eróticas envolvendo menores de idade. O texto da relatora Laura Carneiro (PFL-RJ) considera crime, punível com 2 a 6 anos de reclusão, "fotografar, filmar, publicar, divulgar ou transmitir, por qual-

quer meio, cena erótica, sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente".

O texto considera crime, punível também com 2 a 6 anos de reclusão, a conduta de pais ou responsáveis que utilizem os filhos na mendicância ou em trabalho informal.

Também foi aprovada proposta elevando a pena para quem vende ou fornece a criança ou adolescente produtos considerados nocivos à saúde.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h – Recebe representantes das redes de televisão SBT, Record e Bandeirantes

11h – Preside sessão deliberativa ordinária

16h – Recebe Isaías Bernardine, José Pessoa e Francisco Giobbi, representantes do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool (MS)

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 48/01, altera o caput do artigo 27 da Constituição Federal (dispõe sobre a representação nas assembleias legislativas); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 50/99, modifica o parágrafo 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados; entre outros.

14h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: PRN nº 5/01, dispõe sobre a apreciação das medidas provisórias a que se refere o artigo 62 da Constituição. Plenário do Senado

COMISSÕES

9h – Comissão Mista de Segurança. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

9h30 – Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Usuário de baixa renda terá água de melhor qualidade

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo a contratar empréstimo de até US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento, que visa melhorar os serviços de água e esgotamento sanitário para usuários de baixa renda em localidades com 15 mil a 75 mil habitantes.

Outra resolução aprovada pelos senadores autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a tomar empréstimo externo de até US\$ 300 milhões junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC), com garantia da União, destinado a financiar parcialmente o Programa Global de Financiamento Multisetorial.

Também foi aprovado, e será encaminhado à sanção presidencial, projeto de iniciativa do Poder Executivo atualizando o Estatuto dos Militares às recentes reestruturações funcionais efetivadas nas Forças Armadas e corrigindo distorções observadas nas regras para a passagem à inatividade remunerada.

Plenário decide restringir uso médico do silicone

O uso medicinal do silicone injetável sofrerá restrições, conforme substitutivo de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Conforme a proposta, que retornará à Câmara, o produto somente poderá ser utilizado com indicação terapêutica precisa, e desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha autorizado o uso e estabelecido critérios quanto à dose, concentração e forma de aplicação.

Segundo Sebastião Rocha, a intenção é permitir que a Anvisa passe a atuar de forma similar à que rege a atuação da Food and Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos, no que se refere aos produtos à base de silicone.

A agência norte-americana, segundo o senador, mantém permanente monitoramento do uso do silicone naquele país, por meio do recebimento de reclamações de todos os segmentos da sociedade.

Senado aprova MPs e pauta é desobstruída

Ramez Tebet anunciou que, em sessão deliberativa extraordinária, o Plenário votará amanhã projeto que revoga decisão do TSE sobre coligações

Ao aprovar ontem as medidas provisórias (MPs) que estavam travando a pauta, o Senado poderá dar continuidade à votação dos projetos agendados para a Ordem do Dia. A primeira MP, sobre refinanciamento das dívidas de crédito agrícola, foi aprovada com destaques e deverá voltar à Câmara dos Deputados, onde terá prioridade nas votações.

Era intenção da bancada governista manter a obstrução da pauta. A Câmara ainda não concluiu a votação dos destaques apresentados à proposta de emenda à Constituição que prorroga a CPMF – prioridade para o governo – e, com a votação do Senado, deverá suspender a votação para deliberar acerca das medidas pro-



O Plenário acatou ontem a medida provisória sobre refinanciamento de dívidas agrícolas

visórias aprovadas ontem. O PFL frustrou a intenção do governo ao deixar de obstruir a pauta. Assim, apesar de pedir verificação de quórum, a liderança do governo não conseguiu evitar a votação das matérias que estavam travadas.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, convocou sessão do Congresso Nacional para as 14h de hoje, destinada à votação de pro-

jecto de resolução que regulamenta a tramitação e votação das MPs. Tebet lembrou acordo de lideranças para a votação desse projeto. A sessão conjunta será realizada no Plenário do Senado.

Tebet comunicou que haverá sessão extraordinária amanhã para votar projeto de decreto legislativo que revoga a decisão do TSE sobre a verticalização das alianças partidárias.

Volta para Câmara medida provisória das dívidas agrícolas

O Senado aprovou ontem com mudanças projeto em que foi convertida a medida provisória que alonga o prazo de pagamento das dívidas agrícolas. A matéria volta à deliberação da Câmara dos Deputados, o que gerou discussão no Plenário, já que, por ser medida provisória, o texto trará a pauta daquela Casa e deverá atrasar a conclusão da votação

da emenda constitucional que prorroga a CPMF.

O projeto aprovado fixa um pagamento mínimo dos débitos e dá um bônus para os adimplentes. O texto também autoriza os gestores dos fundos constitucionais de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a conceder prorrogação do pagamento do saldo devedor

de operações de crédito feitas com o setor rural.

Entre as alterações aprovadas, foi acatada sugestão do senador Arlindo Porto (PTB-MG) para prorrogar também as dívidas oriundas de operações contratadas com recursos do Prodec (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados).

Agricultor será beneficiado por seguro-safra

O Plenário aprovou ontem medida provisória (MP) que institui o seguro-safra para agricultores de municípios sujeitos a estiagens periódicas. A MP cria fundo para bancar o ressarcimento de agricultores que perderem as safras, desde que tenham contribuído com R\$ 6 para o fundo.

O governo calcula que mais de 1 milhão de pequenos produtores serão beneficiados pelo seguro, que pagará até R\$ 600 à família que perder pelo menos 60% de sua safra. O fundo será formado, além do recolhimento dos R\$ 6, por verbas federais, estaduais e municipais.

O senador Paulo Souto (PFL-

BA) concordou com a proposta do seguro-safra, mas protestou contra a obrigação de estados e municípios participarem do fundo, por entender que já estão muito onerados por suas obrigações constitucionais.

CRÉDITO

Também foi aprovada MP que abre crédito extraordinário de R\$ 80 milhões para o Ministério da Integração Nacional. Do total dos recursos, R\$ 60 milhões serão utilizados para pagamento de bolsa-renda a agricultores do Nordeste afetados pelas secas, e R\$ 10 milhões vão para 78 municípios do Espírito Santo atingidos por enchentes. Essas verbas já foram li-

beradas pelo governo, uma vez que a medida provisória tem eficácia desde a sua publicação. A proposição vai à promulgação.

Também foi aprovada sem modificações MP que cria o cargo de secretário de Estado de Comunicação de Governo.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) lembrou antiga reivindicação do Congresso para que o governo se abstinha de editar MPs sobre assuntos triviais. Ele ressaltou que agora, quando as MPs não votadas em 45 dias travam a pauta de votações, é indispensável que o governo restrinja seu uso a "assuntos relevantes e urgentes".

Atletas poderão integrar Conselho de Esportes

Os atletas deverão participar do Conselho Nacional de Esportes, conforme projeto de lei aprovado ontem pelos senadores. A proposta, que ainda será analisada pela Câmara dos Deputados, torna paritária a representação no conselho, uma vez que os clubes já têm assento no órgão.

— Consideramos salutar a participação de todos os segmentos nos destinos de nosso esporte, desde que se mantenha a equidade na representação — afirmou o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI do Futebol, que além do projeto aprovado apresentou mais quatro propostas de modificação na legislação esportiva.

O projeto proíbe que entidades esportivas sejam patrocinadas por veículos de comunicação, conforme ocorreu na final da Copa João Havelange de 2000, quando o Vasco da Gama estampou em seu uniforme a logomarca da rede de televisão SBT.

Videoconferência reúne parlamentares do Brasil e dos EUA

Em videoconferência realizada na manhã de ontem, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), que é presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), debateram com deputados e autoridades norte-americanas a chamada Autorização para Promoção Comercial dos EUA (TPA). Aprovada pela Câmara de Representantes daquele país no fim do ano passado, a TPA é mais um passo em direção à implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

De acordo com os parlamentares norte-americanos, a aprovação da TPA não restringe o presidente George W. Bush de negociar, mas impõe a ele diretrizes políticas. Em resposta a intervenção do deputado Feu Rosa (PSDB-ES), o deputado James Davis, autor do texto que excluiu da TPA o comércio de açúcar e cítricos, admitiu ter atendido aos interesses dos produtores norte-americanos.

O deputado Ignacio Arruda (PCdoB-CE) questionou a lei anti-dumping e as medidas fitossanitárias que limitam o ingresso de produtos brasileiros nos EUA. Stephanie Henning, secretária da Comissão de Finanças do Senado americano, respondeu que esses temas devem ser abordados de "boa-fé" no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC).

BUSCA E APREENSÃO NA LUNUS

Diretor da PF nega participação do governo

Agílio Monteiro Filho diz na CFC que a busca realizada na empresa de Roseana Sarney e Jorge Murad foi legal, em cumprimento a uma ordem judicial, e que Fernando Henrique não teve conhecimento antecipado da operação

Durante depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle ontem, o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Agílio Monteiro Filho, e o delegado Paulo Tarso negaram taxativamente que autoridades do governo federal — no caso, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira — tenham tido conhecimento antecipado da ação da PF na empresa Lunus Serviços e Participações, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e do marido dela, Jorge Murad. Tarso negou ainda que Roseana fosse o alvo da operação.

Agílio Monteiro disse que nem ele sabia que a operação seria feita na empresa de Roseana, tendo tomado conhecimento da ação policial na Lunus por volta das 17h do dia da operação (1º deste mês), por meio de um telefonema do próprio presidente da República. Este, acrescentou Agílio, questionava a legalidade da operação em função de outra ligação telefônica que havia recebido de alguém do PFL indagando sobre o fato.

— Então eu assegurei ao presidente que não era uma operação ilegal, mas sim o cumprimento de uma ordem judicial. Mesmo sem saber detalhes da ação, conheço meu pessoal e sei que eles não fariam nada dessa natureza se não estivessem respaldados em um mandado de busca e apreensão — afirmou Agílio.

Na opinião do líder do PFL, senador José Agripino (RN), ficaram “lacunas” nos depoimentos dos policiais, como o fato de a Lunus ter sido investigada por policiais de Brasília, procedimento diferente do adotado em relação a outra empresa maranhense sob investigação no caso da Sudam. Segundo ele, também não ficou esclarecida a questão do vazamento da fotografia do dinheiro apreendido. “Há fatos que não estão batendo”, afirmou.

Já para o vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), os depoimentos dos delegados deixaram clara a isenção do governo no episódio da Lunus. “Ficou comprovado cabalmente que o governo não armou, não participou, não decidiu a operação. A Polícia Federal cumpriu uma determinação de acordo com a legislação vigente no país”, disse o senador.



Agílio Monteiro Filho (ao lado do senador Amir Lando) explicou o procedimento da Polícia Federal no Maranhão

PFL questiona legalidade da operação e critica vazamento

Cinco senadores do PFL que ouviram o depoimento do diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, pediram detalhes da operação e manifestaram o descontentamento do partido com a forma como foi realizada a ação

de busca e apreensão no escritório da empresa Lunus. José Agripino (RN), líder do partido, Geraldo Althoff (SC), Moreira Mendes (RO), Bello Parga (MA) e Antonio Carlos Júnior (BA) questionaram a legalidade da ação e o vazamento de informações.

A principal dúvida levantada por eles se referia, no entanto, à possibilidade de a ação da Polícia Federal ter servido a interesses políticos, da parte do governo e do PSDB, de derrubar a candidatura de Roseana à Presidência da República.

— É preciso que fique tudo muito bem explicado, para não parecer que foi praticada uma injustiça contra a governadora — disse Agripino.

Parga, Althoff e Moreira indagaram por que delegados de Brasília interferiram na ação da PF. Eles solicitaram inclusive cópia do ofício do juiz do Maranhão determinando a diligência à PF de Brasília. Estranharam também a apreensão do dinheiro da empresa.

Já os senadores de oposição, apesar de ressaltarem a importância de



Senadores fizeram diversas perguntas sobre aspectos legais da ação na empresa Lunus

apurar irregularidades como as da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), fizeram perguntas sobre questões legais que envolveram a operação na Lunus. Jefferson Péres (PDT-AM) perguntou por que a ação não foi acompanhada por um oficial de justiça, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou sobre a possibilidade de a PF saber, por meio de grampo telefônico, que o dinheiro se encontrava na empresa.

José Eduardo Dutra (PT-SE) perguntou se ação similar empreendida pela PF, em setembro, também no Maranhão, teria contado com delegados de Brasília. Agílio não conseguiu se lembrar do caso.

Também o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez uma análise do acontecido, reconhecendo a legalidade das ações da Polícia Federal, os mandados judiciais e outros dados da operação, mas considerou complicada a tentativa do diretor de convencer os senadores de que não houve interesse político no caso.

As principais dúvidas e as explicações de Agílio Monteiro

Além de garantir que autoridades do governo não tiveram ingerência na operação de busca e apreensão no escritório da empresa Lunus, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e seu marido, Jorge Murad, o diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, e o delegado Paulo Tarso responderam a perguntas de 12 senadores que queriam saber detalhes sobre a ação.

Os pontos geradores de dúvidas e as explicações foram os seguintes:

QUEM SABIA

Segundo Agílio, apenas os delegados da Polícia Federal do Maranhão e dois da PF de Brasília, o juiz que expediu o mandado e os procuradores do Ministério Público que solicitaram o mandado sabiam do local exato da operação.

POR QUE DELEGADOS DE BRASÍLIA

O diretor explicou que o inquérito — sobre irregularidades na Sudam — que originou a ação na Lunus envolve mais de cinco estados da Federação e que existe um setor para inquéritos especiais, com sede na capital, para acompanhar esses casos. “Acompanham as operações aqueles que já conhecem o inquérito e, neste caso, os dois delegados de Brasília somaram-se aos delegados do Maranhão.”

DINHEIRO ENCONTRADO

De acordo com Agílio, os delegados responsáveis pela ação não esperavam encontrar o dinheiro (mais de R\$ 1,3 milhão) nos cofres da empresa Lunus.

Ele disse ainda que não houve irregularidade na apreensão do dinheiro, pois os policiais poderiam ser questionados por omissão se não o fizessem. Os valores, acrescentou, podem ser interpretados como prova de crime ou não, enfim deveriam ser apreendidos.

VAZAMENTO PARA A IMPRENSA

Agílio Monteiro afirmou que está sendo feita uma sindicância na PF para saber como as informações vazaram, mas assegurou que isso não aconteceu por ação de membros do órgão que dirige. As fotografias tiradas no local, explicou, foram feitas por peritos criminais e são corriqueiras como provas para ações dessa natureza.

FAX PARA FHC

Ele contestou a informação de que delegado da PF teria encaminhado a Fernando Henrique Cardoso fax com o laudo das apreensões feitas na Lunus no dia da operação. O diretor disse que foi enviada ao presidente apenas uma cópia do mandado expedido pelo juiz, para que o presidente da República provasse aos interlocutores do PFL que a operação era legal.

FILIAÇÃO AO PSDB

Agílio declarou que é filiado ao PSDB e que seu irmão é delegado do partido no Maranhão, mas negou que isso tenha qualquer relação com sua atuação frente à PF.

GRAMPO TELEFÔNICO

O diretor-geral da PF negou enfaticamente que a Polícia Federal tenha efetuado grampo telefônico clandestino para monitorar as ações da Lunus, inclusive para saber que havia a soma de dinheiro encontrada. “Os delegados da PF se assustaram com o dinheiro achado”, comentou.

BUSCA E APREENSÃO NA LUNUS

Sarney denuncia “ação política suja, com propósito determinado”

Ao traçar semelhanças entre a ação da Polícia Federal (PF) na empresa Lunus e as praticadas pela Gestapo, no nazismo, e pela polícia política, na União Soviética, o senador José Sarney (PMDB-AP) comparou a atuação do governo de Fernando Henrique Cardoso no episódio ao escândalo de Watergate. O ex-presidente da República ameaçou pedir observadores à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao Inter-Action Council para “assegurar a vigilância internacional da sucessão”.

Em discurso de mais de uma hora pronunciado ontem da tribuna do Plenário e ao qual não permitiu apartes, José Sarney afirmou que a ação na Lunus foi uma “perseguição política” contra sua filha, proprietária da empresa, governadora do Maranhão e pré-candidata do PFL à Presidência da República.

– Quem acredita, neste país – qual o idiota –, que uma ação dessa magnitude seria armada sem que a máquina estatal de nada soubesse ou dela não participasse? Quem neste país não sabe que foi uma ação política suja, com propósito determinado? – perguntou Sarney.

O senador pelo Amapá recordou diálogo que teve com o presidente Fernando Henrique, há alguns meses, relatando informações que recebera, segundo as quais agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) – órgão ligado à Presidência da República – tinham se deslocado para o Maranhão, o Piauí e o Pará, com o intuito de devassar a vida de sua família e de seus amigos.

De acordo com o relato, Sarney lembrou a Fernando Henrique o prestígio internacional por ele desfrutado e disse que seu governo não podia ser conculcado no processo de sucessão. Lembrou ao presidente o caso Watergate, que obrigou Richard Nixon a renunciar à Presidência dos Estados Unidos, depois de comprovado que ele patrocinara a instalação de escutas eletrônicas na sede do Partido Democrata. Sarney lembrou que Nixon procurava derrotar seus adversários por “métodos amorais”, mas acabou derrotado e com seu nome manchado perante a história.

– Como ocorreu em Watergate, as coisas deixaram pegadas. Aqui também algum jornalista vai descobrir a trama e um dia um *best-seller* vai aparecer, vai surgir nosso Prêmio Pulitzer contando toda a história. E aí os responsáveis não terão como recorrer a neqaças – vaticinou o senador, em

outra parte do discurso.

Para o ex-presidente da República (entre 1985 e 1989), a imagem do país no exterior foi ferida com “uma pequena frase, terrível”, publicada pela revista inglesa *The Economist* – por ele qualificada como “a bíblia do mundo globalizado”. Ao atribuir a Roseana a informação de que a operação contra a Lunus fora “uma conspiração orquestrada pelo governo e seu candidato à Presidência, José Serra”, a revista acrescentou: “Ela pode estar certa”.

SILÊNCIO

O senador citou acusações contra o senador José Serra (PSDB-SP) e ações do Ministério da Saúde, que comandava até o mês passado. Contra Serra, afirmou haver várias ações ordinárias, cautelares, civis públicas e populares, apresentando duas, por

improbidade administrativa. Lamentou que “uma cortina de silêncio” tenha baixado sobre o inquérito que apura as ações no ministério do lobista Paes dos Santos.

Sarney citou publicações na imprensa apontando a criação de um centro de espionagem no Ministério da Saúde, sob o comando do ex-ministro José Serra. Lamentou que o nome da Abin – “única detentora da chave criptográfica das urnas e

do sistema eleitoral”, cuja atuação deveria estar “acima de qualquer suspeita” – tenha sido envolvido no episódio.

O senador criticou as declarações diferentes feitas pelo presidente da República para qualificar as ações da PF na Lunus e na casa do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes. Segundo o senador, enquanto o presidente classificou a reação à busca e apreensão na empresa de sua filha como “uma tempestade em copo d’água”, a diligência na casa de Lopes – que encontrou um documento conferindo a ele US\$ 1,6 bilhão depositado no exterior – foi qualificada por Fernando Henrique como a “volta do arbítrio no Brasil”, uma ação para a qual não cabia nenhuma justificativa.

– Processos, inquéritos, condenações políticas forjadas, foram sempre métodos de intimidação e liquidação de adversários, métodos já ultrapassados na humanidade. O Brasil não pode ter inquéritos secretos para provocar o medo, o terrorismo moral – afirmou Sarney, acrescentando que, se Roseana não fosse candidata, “nada disso existiria”.



José Sarney afirmou que, se Roseana não fosse candidata à Presidência da República, “nada disso existiria”

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Távola critica “acusações soltas, levianas, sem nada de concreto”

Em defesa do governo e do pré-candidato à Presidência da República José Serra, logo após o discurso do senador José Sarney o líder governista Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que o ex-presidente não apresentou ao Congresso “provas concretas”, mas sim “recortes de jornais” e insinuações contra o presidente Fernando Henrique.

– Saiu da montanha um pequeno rato, com acusações soltas, levianas, sem nenhuma prova ou argumento, não há nada concreto como um bolo de dinheiro sobre uma mesa – opinou.

O presidente Fernando Henrique – garantiu – não cometeu qualquer ato irregular nesse processo. Teria cometido se tivesse interferido na busca e apreensão determinadas pela Justiça. “Aí, sim, ele teria cometido crime e poderia ser até mesmo submetido a *impeachment*”, sustentou Artur da Távola.

Para ele, foi tentado, “mas não se conseguiu”, fazer com que a contra-informação fosse mais forte que a informação. “Qual é a informação? Ela pode ser sintetizada em 1 milhão e 340 mil reais em cima de uma mesa. A contra-informação é dizer que são vítimas de um governo solerte.” Acrescentou que o senador José Sarney adotou “a velha prática da política brasileira de jogar sobre os outros as culpas que cabem a alguns”.

Távola observou que as investigações de fraudes na Sudam, em vários estados, já motivaram 70 diligências de busca e apreensão de documentos em empresas e residências. Lembrou que a governadora Roseana Sarney não estava sob investigação, e sim uma empresa. Mais: o juiz determinou que a busca fosse feita pela Polícia Federal, como consta do processo.

ISOLAMENTO

Depois de afirmar que o discurso de Sarney “foi uma brilhante peça de oratória”, Távola disse que a vítima do episódio envolvendo a empresa Lunus, da governadora e de seu marido, Jorge Murad, “não foi Roseana, e sim o PFL”. O partido, acrescentou, “está pagando o preço de sua lealdade à governadora, correndo o risco de isolamento político”.

– O senador Sarney não pode dizer que o presidente da República está por trás maquinando para destruir alguma candidatura. Não que lhe falte sinceridade ou méritos, mas falta-lhe história para falar de homens que vieram do exílio, da luta política, da prisão, da tortura. Estes, sim, têm história para falar em tempos de democracia – continuou.

As afirmações do senador José Sarney so-

bre os “grampos” telefônicos e a ação a que José Serra responde na Justiça, na opinião do líder do governo, “foram pequenas e irrisórias”. Disse que a ação pública contra Serra pede ressarcimento pelo que ele recebeu de salários, junto com outros senadores, mesmo tendo faltado a sessões do Senado. Afirmou que o senador Sarney também é réu na mesma ação.

Ao justificar a contratação de uma empresa para fazer varredura nos telefones do Ministério da Saúde, Artur da Távola lembrou que o então ministro José Serra contrariou “grandes interesses” de empresas multinacionais, por conta de sua campanha contra os cigarros, pela regulamentação dos planos de saúde, pela implantação dos remédios genéricos no Brasil e pela exigência de redução de preços de medicamentos usados contra a

Aids. Ponderou que o Ministério da Saúde faz grandes compras de medicamentos e tem a obrigação de se defender contra espionagem eletrônica, pois suas licitações envolvem milhões de reais.

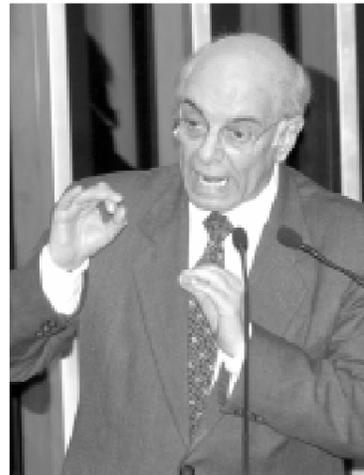
– José Serra teve o cuidado de usar uma empresa que trabalha com “grampos” para defender o Ministério da Saúde, e não contra os outros – disse.

Távola leu o título de matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, do último dia 6, sob o título “Cunhado de Roseana faz acusa-

ções à família Sarney”, na qual Ricardo Murad fala de um dossiê que preparou “para mostrar que o grupo acumulou fortuna inexplicável”. Ele frisou que não pretendia fazer “qualquer comentário ou insinuação” sobre detalhes do dossiê do cunhado de Roseana, mas não podia deixar de registrar que o Brasil está vendo “o fim do ciclo das oligarquias estaduais”, entre outras coisas por seus próprios erros.

– Até porque o país já não agüenta mais oligarquias políticas, que se mantiveram nos anos da ditadura conseguindo benefícios ligados a emissoras de rádio e televisão, contatos empresariais que lhes deram uma posição de elite permanentemente e de domínio completo da política em seus estados.

Neste momento, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu aparte, mas Távola solicitou que ele só se manifestasse no final. João Alberto chegou a afirmar que o líder governista estava fazendo “um discurso de baixarias” e que chamava de oligarquias os grupos estaduais que antes eram aliados. O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que Távola falava como líder e, neste caso, não se permitem apartes.



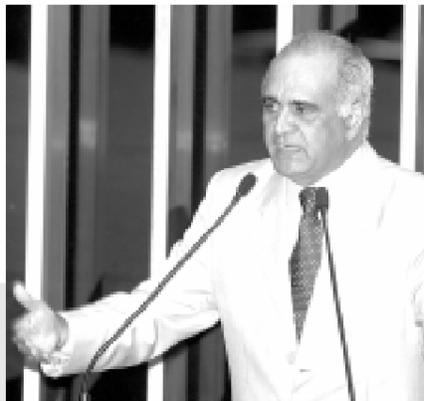
Távola disse que FHC cometeria crime se interferisse na busca e apreensão determinadas pela Justiça

Souto propõe maior fiscalização nas rodovias

Projeto apresentado pelo senador aumenta responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestres sobre rodovias federais. Hoje, o órgão atua apenas em estradas cedidas mediante concessão para exploração de pedágios

O senador Paulo Souto (PFL-BA) anunciou, ontem, a apresentação de projeto de lei que aumenta a responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestres sobre a fiscalização e a regulação das rodovias federais. A proposta do senador cria o Departamento de Infra-Estrutura de Transporte, que terá a incumbência de supervisionar e regular as questões referentes às estradas brasileiras.

De acordo com o senador, existe deformação no conceito de agência reguladora no caso da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pois esta foi criada com a função de apenas regular e fiscalizar as estradas cedidas a terceiros por meio de concessão para



Souto aponta deformação no conceito da agência reguladora dos transportes

exploração de pedágios, deixando de lado as estradas federais.

— É como se a Agência Nacional do Petróleo não pudesse fiscalizar a Petrobras — explicou.

Paulo Souto destacou também o lançamento ontem, em Brasília, do

Prêmio Jorge Amado de Literatura e Arte, criado pelo governo da Bahia, que premiará com R\$ 100 mil o vencedor em uma das áreas artísticas. O prêmio, informou o senador, também será lançado em outras cinco ou seis capitais brasileiras. Esta é, na sua opinião, a melhor forma de homenagear a memória do escritor baiano.

Souto anunciou ainda a inauguração, em Salvador, do Complexo Educacional Oscar Cordeiro, em homenagem ao engenheiro responsável pela descoberta de petróleo na Bahia. O complexo, conforme explicou, está instalado em um prédio que pertencia à Petrobras e foi cedido ao governo do estado. O local abrigará duas escolas para cerca de 15 mil alunos dos ensinos fundamental e médio, um centro cultural e um condomínio náutico.

Requião denuncia obra superfaturada no PR

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou o superfaturamento da Ponte Porto Camargo sobre o Rio Guaíra, no Paraná, recentemente inaugurada pelo governador Jaime Lerner, com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso. Requião afirmou que, pelos termos da licitação, feita durante o seu governo, a obra deveria ter custado cerca de R\$ 31 milhões, mas seu custo total foi de R\$ 155 milhões.

Requião afirmou que denunciará o fato ao Ministério Público Federal e



Requião garante que ponte custou cinco vezes mais que o licitado

Estadual. Segundo ele, o governo gastou fortunas em publicidade, com anúncios de página dupla em jornais de circulação nacional, aluguel de dois aviões Boeing para o transporte de convidados e cobertura pelas redes nacionais de TV.

— É inadmissível que o presidente da República prestigie, pessoalmente, essa festa da corrupção — disse.

PNEUS

Requião protestou, ainda, contra as modificações que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

quer introduzir em resolução anterior, proibindo a importação de carcaças de pneus, matéria-prima da moldagem de pneus que algumas fábricas vêm produzindo no Brasil.

— Não se trata de mera recauchutagem, é uma refabricação de pneus, com qualidade e garantia.

Segundo Requião, as fábricas brasileiras ficarão inviabilizadas se não puderem importar matéria-prima. Uma delas, nos arredores de Curitiba, com investimento de R\$ 20 milhões, ficará sucateada, afirmou.

Para o senador pelo Paraná, o verdadeiro motivo da proibição não é a preservação do meio ambiente, mas o atendimento a um *lobby* das grandes multinacionais de pneus: Pirelli, Firestone e Goodyear.

Mauro quer elevar teto de aposentadorias

Para corrigir o que qualificou de “arrocho” contra a Previdência Social, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu o apoio do Plenário a proposta de emenda à Constituição de sua autoria que fixa os limites inferior e superior dos benefícios previdenciários, respectivamente, em um e dez salários mínimos. Ele disse que, entre janeiro de 1999 e janeiro deste ano, o teto dos benefícios da Previdência foi elevado em 19,2%, enquanto o valor do salário mínimo, no mesmo período, registrou aumento de 38,5%.

— Ao governo, parece que a única coisa que importa é garantir o ajuste fiscal e não decepcionar a gula dos bancos, cevados nos juros mais altos do planeta. Mesmo que para

isso a vida do aposentado se transforme em pesadelo de decepção e amargura.

Mauro Miranda lembrou que, até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20/98, o teto para o valor dos benefícios era estipulado em dez salários mínimos. “De lá para cá, o arrocho contra

a Previdência Social impediu que os aumentos nos benefícios mantivessem a relação com o salário mínimo. E a tendência, segundo estudos técnicos, é de uma deterioração cada vez maior.”



Mauro Miranda quer emenda para corrigir “arrocho” da Previdência

Ao alertar para a importância de o Parlamento brasileiro impedir o aviltamento do padrão de vida dos aposentados e pensionistas, ele explicou por que recorreu à proposta de emenda à Constituição:

— Primeiro, porque o valor do teto de benefícios agora está disposto na Constitui-

ção, não podendo ser alterado via legislação infraconstitucional. E, segundo, porque o inciso IV do artigo 7º da Constituição veda a vinculação do salário mínimo, tornando inconstitucional um projeto de lei.

Quintanilha registra marco na luta pelo estado do Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) destacou a passagem, no último dia 18, do “Dia da Autonomia”, celebrando os quase dois séculos de luta pela criação do estado do Tocantins. Nessa data, em 1809, o príncipe regente dom João (depois dom João VI, rei de Portugal) assinou, no Rio de Janeiro, o alvará de criação da Comarca do Norte de Goiás.

O alvará desmembrava em duas a Comarca de Goiás, ficando a primeira em Vila Boa (atual cidade de Goiás), e criando a segunda em São João das Duas Barras (atual Marabá).

Foi nomeado titular da nova comarca o português Joaquim Theotônio Segurado, “figura central na luta pela emancipação do então Norte de Goiás”.

No discurso, o senador destacou as personalidades que lutaram pela criação do estado do Tocan-



Quintanilha lembrou os que lutaram para a criação do Tocantins

tins, entre elas o brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues, que em 1940 defendeu a criação de um território federal do Tocantins; o juiz Feliciano Machado Braga, que em 1956 lançou um manifesto à nação pela criação do estado do Tocantins; e o deputado Siqueira Campos, hoje governador do estado, “que durante toda a sua vida pública” defendeu sua criação, o que veio com a Constituição de 1988.

Da tribuna do Plenário, o parlamentar ressaltou o esforço do novo estado para criar uma infraestrutura adequada. Destacou a inauguração da hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que tornou o Tocantins auto-suficiente e exportador de energia elétrica. Quintanilha destacou ainda avanços em educação, notadamente no terceiro grau, passando de 300 universitários há dez anos para mais de 6 mil hoje.

Suplicy anuncia escolha de candidato do PT à Presidência

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou os resultados parciais das prévias do Partido dos Trabalhadores para a escolha do candidato à Presidência da República que, no momento de seu pronunciamento, já garantiam a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

Suplicy reconheceu a vitória de Lula, afirmando que, com o resultado da votação, sua candidatura não é mais uma decisão pessoal ou da direção do PT, mas sim da base do partido. O senador ressaltou que o PT sai vitorioso das prévias, citando o crescimento da participação dos filiados.

O senador disse que os votos que obteve expressam a sintonia de parte do PT com suas idéias, mas ressaltou que todos respeitam o resul-



Suplicy disse que a participação de filiados foi vitória das prévias

tado das urnas e se comprometeu a percorrer o país em campanha para que Lula chegue à Presidência da República.

Suplicy disse, ainda, que em nenhum momento sua decisão de participar das prévias decorreu de problemas pessoais, como teria afirmado a jornalista Dora Kramer, em

sua coluna no *Jornal do Brasil*.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) parabenizou Suplicy e a participação dos militantes e disse que o partido cumpriu seu papel de “democracia viva”. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) também cumprimentou o partido e informou que o PMDB em Santa Catarina realizou prévias para escolher seu candidato ao Senado, com a participação de mais de 10 mil filiados.

Segundo Álvaro Dias, medida deve incorporar propostas da CPI que presidiu



Roosevelt Pinheiro

Álvaro quer MP para modernizar gestão do futebol

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) manifestou esperança de que o novo ministro do Esporte e Turismo, Caio de Carvalho, convença o presidente Fernando Henrique Cardoso a editar uma medida provisória (MP) reformando o atual modelo de gestão do futebol brasileiro. O texto da MP deverá conter propostas apresentadas pela CPI do Futebol, que teve Álvaro como presidente.

— A CPI apresentou a proposta de uma legislação que inova, transformando a atual estrutura de amadorismo que oferece espaço a falcaturas em uma estrutura profissional, conferindo maior transparência, com possibilidade de fiscalização para que dirigentes sejam responsabilizados por eventuais crimes praticados e possibilitando ao Ministério Público instrumentos para a pronta intervenção quando irregularidades flagrantes forem denunciadas e confirmadas — explicou.

Em recentes encontros que teve com Caio de Carvalho, o senador tomou conhecimento de que ele trabalha com duas alternativas para propor ao presidente da República: a edição de MP para vigorar imediatamente ou encaminhamento de um projeto de lei ao Congresso em regime de urgência urgentíssima, para tramitar em 45 dias.

A proposta da edição de uma medida provisória é a preferida por Álvaro Dias. O senador disse que um projeto de lei enfrentaria dificuldades de tramitação, sobretudo na Câmara dos Deputados, “onde todos conhecem que há representantes da cartolagem que procuram colocar obstáculos sempre que está em pauta a moralização do futebol”.

Álvaro Dias comunicou que, em conversa telefônica com o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, foi informado de que a Procuradoria continua aguardando resposta da carta rogatória encaminhada à Justiça dos Estados Unidos para quebra do sigilo bancário no exterior do deputado e presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda.

Abertura da mídia a capital estrangeiro divide opiniões

Matéria em tramitação na CCJ recebeu apoio de empresários do setor e foi criticada por representantes dos trabalhadores

A possibilidade de ingresso de capitais estrangeiros em empresas de comunicação do país, conforme proposta de emenda constitucional em tramitação no Senado, dividiu opiniões durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De um lado, empresários do setor acenaram com novos investimentos e empregos. De outro, representantes de trabalhadores e do meio universitário questionaram a falta de um órgão regulador para o setor.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), Roberto Wagner Monteiro, a aprovação da proposta permitirá a capitalização das empresas do setor e as ajudará a enfrentar os desafios da implantação de novas tecnologias, como a televisão digital.

Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo

Machado de Carvalho Neto, afirmou que os principais beneficiados pela eventual aprovação da proposta seriam os proprietários de pequenas e médias empresas de comunicação.

COMPETITIVIDADE

A abertura do setor foi apontada pelo presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Francisco Mesquita Neto, como instrumento para se alcançar maior competitividade. Na sua opinião, a modernização societária é o ponto mais importante da proposta.

A participação de pessoas jurídicas na composição das empresas também foi destacada pelo vice-presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), Murillo de Aragão. “A sucessão familiar que ocorre nas empresas de comunicação nem sem-

pre é feliz”, recordou.

A demora na implantação do Conselho de Comunicação Social, previsto pela Constituição de 1988, foi apontada pelo professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília, como

um dos motivos para se encarar com cautela a eventual aprovação da proposta de emenda à Constituição.

Daniel Herz, representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, considerou o momento inoportuno para votação da proposta. “É um contra-senso a abertura ao capital estrangeiro na véspera de uma nova legislação sobre comunicação social eletrônica e da implantação da televisão digital”, afirmou.

A mesma observação foi feita pela secretária-geral do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio de Janeiro, Betti Pinho. Para ela, a aprovação da proposta sem a adoção de salvaguardas adequadas seria inaceitável.



Senadores participam da audiência pública promovida pela Comissão de Justiça para instruir a proposta de emenda constitucional

Célio Azevedo

Fogaça lamentou falta de repercussão de sua proposta no Executivo



Roosevelt Pinheiro

Fogaça defende Agência Nacional de Comunicação Social

Durante a audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a possibilidade de participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação, o senador José Fogaça (PPS-RS) defendeu a criação da Agência Nacional de Comunicação Social (Anacom) para regular o setor. Ele lamentou que o governo não tenha enviado até o momento proposta de implantação do órgão, já que a iniciativa é atribuição privativa do presidente da República.

— Infelizmente, não houve repercussão dessa proposta junto ao Poder Executivo. Concessões de serviço público não podem ser fiscalizadas por órgão público, mas por órgão regulador que seja desvinculado dos saberes político-eleitorais. Porém, é difícil que um governo assumira a iniciativa de criar um órgão que aja independentemente dele e dos próximos governos — afirmou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da proposta, disse não acreditar que o setor seja “deixado ao sabor do vento”, sem que seja criada uma agência específica. Porém, ele destacou que a PEC refere-se à parte financeira das empresas.

O professor da Universidade de Brasília Murilo César Ramos afirmou acreditar que, sem uma agência, o Estado brasileiro não terá condições para regular e fiscalizar adequadamente o setor. “Não há país no mundo que admita uma mudança dessas sem que o Estado tenha condições de regular. O governo resolveu encher o país de agências, por que não há uma para o setor de mídia?”, questionou.

O senador Luiz Otávio (PPB-PA), por outro lado, defendeu que a PEC seja aprovada sem alterações, para que não tenha que voltar à Câmara, o que atrasaria a promulgação. Ele argumentou que, em outros países, a abertura ao capital internacional é uma realidade. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) destacou o fato de investimentos serem necessários para que as empresas, muitas delas em dificuldades, consigam acompanhar a evolução tecnológica.

Saturnino cobra instalação do conselho

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) propôs, na audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para instruir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a entrada de capital estrangeiro em empresas de comunicação, que o Conselho de Comunicação Social (CCS) seja instalado antes que a matéria seja votada. Na sua opinião, a implantação do CCS poderia garantir o controle necessário do setor, atualmente sem regulação.

Saturnino questionou o fato de o conselho, apesar de estar previsto na Constituição de 1988 e de já haver lei especificando sua composição, não ter sido instalado até hoje. Segundo o senador, a audiência pública serviu para alertar os parlamentares sobre os riscos de que o assunto seja votado sem

um estudo aprofundado.

O representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Daniel Herz, complementou a proposta de Saturnino e pediu que o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que preside a Comissão de Educação, sirva de mediador em uma reunião entre as entidades representadas no CCS para que sejam definidos os nomes para o conselho. Depois disso, afirmou, o acordo seria levado ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que deflagraria o processo de instalação do órgão.

O senador Ricardo Santos informou que estão sendo feitas gestões que possam acelerar a instalação do conselho e destacou o fato de todos os representantes



Roosevelt Pinheiro

Saturnino quer votação da PEC após implantação do colegiado

patronais serem favoráveis à criação da entidade.

Apesar de considerar a lei que criou o CCS corporativista, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) entende que o conselho ainda não foi implantado porque setores patronais da área não têm interesse nisso.

Saturnino também avaliou como normal o financiamento de empresas do setor de comunicação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A colocação de Saturnino teve o apoio do senador Roberto Requião (PMDB-PR). “Precisamos da comunicação nacional em mãos de brasileiros, principalmente nesses tempos de globalização”, afirmou.

CAS amplia direito de quilombolas sobre suas terras

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais garante aos remanescentes de quilombos a propriedade das áreas que habitam. Essas comunidades, hoje, só têm garantida a posse da terra. A proposta vai agora ao Plenário

As comunidades remanescentes dos quilombos terão direito à propriedade das terras que habitam, devidamente tituladas, de acordo com projeto de lei da ex-senadora Benedita da Silva aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atualmente, essas comunidades só têm direito à ocupação das terras. A proposição segue agora para o Plenário.

O projeto abrange as terras ocu-

padadas pelas comunidades afrodescendentes devidamente reconhecidas por seus usos, costumes e tradições. São consideradas comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicos de preponderância negra, identificáveis segundo as categorias de autodefinição habitualmente designadas por "terras de preto", "comunidades negras rurais", "mocambos" ou "quilombos".

Para o relator da matéria, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o projeto tem relevante alcance social, "já que objetiva preservar a história, cultura, luta e memória dos remanescentes dos quilombos e sua contribuição para a formação da identidade nacional".

A CAS aprovou o projeto na véspera do Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, comemorado hoje.



Célio Azevedo

A Comissão de Assuntos Sociais acatou o projeto que beneficia os quilombolas na véspera do Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial

Geraldo Cândido defende adoção de ações positivas

Os projetos que sugerem a criação de políticas de cotas para facilitar o acesso dos afrodescendentes à escola e a vagas de emprego são válidos, mas não vão resolver o problema das diferenças de oportunidades e da discriminação ra-



Para Geraldo Cândido, não há democracia racial no Brasil

ca do Sul, que foram mortos por se negarem a aceitar a imposição do governo branco de adotar o *afrikaans* (mistura do dialeto local, do holandês e do inglês) como idioma oficial da cidade.

Neste dia 21, acentuou Cândido, as várias comunidades de afrodescendentes no Brasil e no mundo estarão promovendo atos de conscientização, com atividades em escolas, assembleias legislativas, centros culturais e políticos para lembrar a luta dos negros contra as desigualdades de que são vítimas.

O senador, para quem não é verdadeiro o discurso de que no Brasil existe uma democracia racial, lembrou o sofrimento que marcou a trajetória dos afrodescendentes no país desde a abolição da escravatura, em 1888.

A data, contou, é lembrada em todo o mundo e foi escolhida para homenagear os 60 mártires negros da cidade de Chatterville, na Áfri-

ca do Sul, que foram mortos por se negarem a aceitar a imposição do governo branco de adotar o *afrikaans* (mistura do dialeto local, do holandês e do inglês) como idioma oficial da cidade.

Projetos garantem os direitos dos afrodescendentes

Entre os projetos que podem contribuir para combater a discriminação racial, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) citou a matéria aprovada ontem pela CAS que concede aos quilombolas o direito à propriedade das terras que ocupam.

Tramitam no Senado outras proposições relacionadas ao tema. Projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO), que está na CCJ, altera o Código de Defesa do Consumidor para proibir discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça, cor, etnia, religião, sexo, estado civil ou idade do consumidor.

Projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) estabelece cota mínima de 20% das vagas das universidades e das empresas públicas para afrodescendentes. A matéria está sendo relatada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Aprovada maior vigilância sobre os medicamentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a manter a companhia



Tião Viana: consumidor precisa ser informado sobre riscos dos remédios

internacionais relativas a produtos farmacêuticos.

Quando for identificado algum produto que, em qualquer país, tenha sido retirado do mercado, tido o uso restringido ou sofrido mudança nas informações ou advertências exigidas em bula, rótulo e materiais publicitários, a Anvisa deverá emitir parecer com as ra-

zões para as medidas que vier a adotar em relação ao medicamento no Brasil.

Aprovado na forma de substitutivo elaborado pela relatora da matéria na CAS, senadora Maria do Carmo

Alves (PFL-SE), o projeto estabelece que os pareceres elaborados pela Anvisa deverão ser publicados na imprensa oficial e em pelo menos um jornal de grande circulação nacional.

Tião Viana informou que o projeto objetiva informar os consumidores sobre os riscos dos remédios que possam causar prejuízos à saúde, mesmo estando em circulação.

Bancada feminina apóia propostas

Foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Sociais quatro projetos que contaram com o apoio da bancada feminina do Congresso. Um deles cria no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Carteira Nacional de Saúde da Mulher, a ser emitida por hospitais, ambulatórios e postos de saúde da rede pública. Nos dados a serem colocados na carteira, será dada ênfase especial à prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama. Relatou o projeto a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

O segundo projeto, que recebeu parecer favorável do senador Tião Viana (PT-AC), autoriza a comer-

cialização de preservativos masculinos de látex de borracha em qualquer estabelecimento comercial.

A CAS aprovou ainda projeto que substitui a expressão Língua Brasileira de Sinais por Língua Brasileira de Sinais (Libras). A matéria foi relatada pela senadora Marina Silva (PT-AC).

O quarto projeto é o que trata da concessão de títulos de propriedade a remanescentes dos quilombos (*ver matéria nesta página*).

Na mesma reunião, a comissão aprovou proposta que institui o Cadastro Nacional de Moradia. O projeto foi relatado por Tião Viana.

Os números da discriminação no Brasil

São muitos os dados recolhidos por órgãos e entidades nacionais e internacionais que demonstram a discriminação racial no Brasil. Os números abrangem aspectos econômicos, sociais, culturais e populacionais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os negros correspondem a 42% da população brasileira, o que representa cerca de 69 milhões de afro-brasileiros, em um país de mais de 163 milhões de habitantes.

Na educação:

- * do total de universitários, apenas 2,2% são negros, 13,5% são pardos e mais de 80% são brancos;
- * o percentual da população negra que completou 15 ou mais anos de estudo é cinco vezes menor que o da população branca;
- * em média, um branco tem o dobro da escolarida-

de de um negro;

- * a taxa de analfabetismo é quase três vezes maior entre negros e mulatos;

- * o percentual de analfabetos entre os negros é 2,5 vezes maior que o entre os brancos;

- * um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais de 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade.

No trabalho:

- * a taxa de desemprego de mulheres negras (16,5%) é maior que a de brancas (12,53%);

- * um branco ganha quase 40% a mais e tem três vezes mais chances de se tornar patrão do que um negro;

- * negros e mulatos ganham apenas 84% do que recebem os brancos com a mesma escolaridade.